



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Patriota Malta

**6ª CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração nº 0175811-6/01

Embargante: Concórdia Veículos Ltda

Embargada: Débora Aquino da Rocha

Relator: Des. José Carlos Patriota Malta

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não se verifica no acórdão embargado qualquer omissão ou contradição.

II – Na verdade, a embargante pretende mais uma vez instaurar nova discussão acerca da matéria, o que não se admite em se tratando de embargos de declaração, cuja finalidade é completar a decisão omissa, aclará-la ou dissipar contradição (CPC, art. 535, I e II).

III – Ainda que para fins do prequestionamento, os embargos de declaração devem se ater aos limites estabelecidos no art. 535 do CPC.

IV – Embargos conhecidos e rejeitados se inexistir qualquer omissão.

VI – Decisão unânime.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº. 0175811-6/01, em que figuram como Embargante, Concórdia Veículos Ltda e, como Embargada, Débora Aquino da Rocha, acordam os senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em proferir, a seguinte decisão: "À unanimidade, foram conhecidos e rejeitados os embargos de declaração nos termos do voto do relator".

Recife, 29 de janeiro de 2010.

Des.  José Carlos Patriota Malta  
relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Patriota Malta

**6ª CÂMARA CÍVEL**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0175811-6/01

EMBARGANTE: Concórdia Veículos Ltda

EMBARGADA: Débora Aquino da Rocha

RELATOR: Des. José Carlos Patriota Malta

**RELATÓRIO:**

**CONCÓRDIA VEÍCULOS LTDA** opõe Embargos de Declaração contra o v. aresto proferido nos autos da Apelação Cível nº 0175811-6, em que contende com **DÉBORA AQUINO DA ROCHA**, apontando omissão no julgado.

Afirma que não foi dado provimento ao seu recurso de apelação, sem que se fizesse de modo explícito, especificamente, com relação no elenco dos dispositivos argüidos por ela embargante em seu apelo interposto.

Alega a necessidade de se enfrentar a questão atinente à ofensa aos princípios do acesso à justiça, ampla defesa, contraditório e do devido processo legal, os quais, por virem expressos nos incisos LIV e LV do art. 5º da Constituição Federal, constituem garantia constitucional à litigante.

Acrescenta também que está maculada a garantia constitucional de motivação das decisões judiciais, expressa no artigo 93, inciso IX e que se não forem acolhidos os presentes embargos para os fins visados, estará violando também o requisito infra-constitucional de motivação, previsto no art. 165 do Código de Processo Civil e o próprio artigo 535, II do CPC, que enseja o presente recurso.

Por fim, pede o acolhimento dos presentes embargos a fim de que sejam sanadas as omissões apontadas, objetivando o prequestionamento das normas por ela suscitadas.

Por independe de pauta, trago diretamente a mesa para julgamento.

É o relatório.

**VOTO**

O manejo dos embargos declaratórios se justifica quando se acham presentes os requisitos constantes dos incisos I e II do art. 535 do Código de Ritos. Por isso, não se pode tentar, por meio dele, modificação ou anulação do julgado. Mas pode-se sim, requerer mero esclarecimento que venha a deslindar ou corrigir equívocos.

É dentro desse espectro que cotejo os presentes autos para observar que o embargante afastou-se, no seu arrazoado, da finalidade a que se presta o presente remédio processual.

Da cuidadosa leitura da peça de embargos, emerge a certeza de que não procedem as alegações deduzidas pelo embargante.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Patriota Malta

Com efeito, na espécie, não se vislumbram configuradas quaisquer omissões que pudessem ser consideradas processualmente supríveis pela via processual utilizada.

Em verdade, a pretensão de omissões, quer o embargante, isto sim, a sua modificação.

O meio, todavia, escolhido, evidentemente, é impróprio. O que constato, além da alegação de que pretende prequestionar matéria para recursos superiores, é o mal disfarçado propósito do embargante no sentido de ressuscitar a discussão sobre o mérito da questão e que não vejo como dar guarida à mingua de atrativo no âmbito destes Embargos.

Os embargos declaratórios são apelos de integração, mas jamais de substituição.

Assim, o embargante nada acena com a ocorrência da alegada omissão proclamada, uma vez que o enunciado da decisão quanto à matéria decidida se mostrou claro o suficiente para ser compreendido pelas partes, livre de qualquer dificuldade de interpretação ou perplexidade.

Ante o exposto, voto para que sejam os presentes embargos conhecidos e, no mérito, para negar-lhes provimento.

É como voto. —

Recife, 21 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
relator